

Novas críticas à falta de estímulos

O professor Paulo Fernando Cidade de Araújo, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, de Piracicaba, São Paulo, presidente da Fundação de Estudos Agrários Luiz Queiroz e vice-presidente da International Association of Agricultural Economists, criticou, ontem, durante a realização do XXI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, a falta de estímulos à agricultura, e destacou o seu papel e "que tal como a indústria foi induzida a uma estrutura de capital em que os recursos externos passaram a desempenhar papel essencial, financiando parcelas crescentes de produção".

Segundo Paulo Cidade, devido à opção estratégica de controle gradualista da inflação, e em parte às dificuldades em desenvolver uma política monetarista austera num sistema financeiro segmentado, o Brasil caracterizou-se, em período recente, por uma política expansionista de créditos. "Paradoxalmente ao princípio de que uma política monetária 'austera' é incompatível com o ideal utópico de crédito abundante e barato, a análise

dos mercados financeiros conduz à conclusão geral de não ter havido entre nós rationamento de capital externo no período de 1967-80".

Recomendando maior flexibilidade nas taxas de juros, o professor paulista disse que "o grande diferencial prevalente nos níveis das taxas de juros, ora nominais e negativas, ora sujeitas à correção monetária, era um indicador adicional de que as distorções existentes no sistema financeiro deveriam ser corrigidas globalmente e não apenas no crédito rural.

— Da análise dos fluxo de crédito — continuou — à agricultura, pode-se perceber que a nível nacional foi dos mais significativos o impulso dado à oferta de empréstimos rurais, sobretudo nos destinados ao custeio da produção agrícola. Entre 1970 e 1979, os empréstimos para custeio e investimento, passaram de 0,38 para 0,74 do produto líquido setorial.

— Apesar da formidável expansão do crédito, um grande número de agricultores permaneceu à margem dos mercados financeiros, a julgar pelos dados

censitários. Apenas 15% dos estabelecimentos rurais existentes no País obtiveram algum tipo de financiamento de fontes institucionais ou não, em meados da década de 1970. Na melhor das hipóteses, manteve-se o padrão distributivo já apontado e criticado.

— O subsídio implícito nas taxas de juros do crédito rural elevou-se com a retomada do processo inflacionário e a rigidez das taxas de juros, o que ocorreu entre 1974 a 1979. Neste ano, considerando apenas custeio e investimento, o subsídio era estimado em Cr\$ 0,14 por cruzeiro de crédito contratado, valor esse que atingia Cr\$ 0,16 ao se incluirem os empréstimos de comercialização. Em relação ao produto líquido da agricultura, o subsídio total implícito seria também da ordem de Cr\$ 0,14 por unidade de produto.

— No período em análise, a política de crédito rural funcionou como mecanismo de compensação no quadro geral das políticas econômicas do País, a maioria delas voltada para a aceleração do crescimento industrial e controle de inflação.